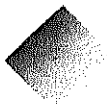

11.28 Certificação Legal de Contas



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176* CMVM nº 20161478

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Penacova**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 45.884.148,16 euros e um total de fundos próprios de 30.888.348,98 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 240.758,98 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 11.499.722,57 euros de despesa paga e um total de 10.610.674,54 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e os correspondentes anexos às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Penacova** em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A generalidade dos edifícios, propriedades do Município de Penacova, não se encontram abrangidos por qualquer tipo de seguro. Pelo que somos da opinião que o Município de Penacova deverá rever a sua política relativamente à cobertura de seguros do seu imobilizado.

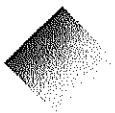
No ponto 11.7.1.8 das notas ao balanço e demonstração resultados é referido que existem imóveis a aguardar registo na conservatória do registo predial, o que poderá levantar questões relacionadas com a titularidade dos mesmos.

No ponto 11.7.1.13 das notas ao balanço e demonstração resultados está evidenciada a relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar aquando da inventariação inicial por se tratar de bens com elevada antiguidade e não se conseguir apurar qual o seu valor de aquisição.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



Outras matérias

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2016 foi respectivamente de 83,65% e de 87,37%.

O limite à dívida é de 13.781.398,49 euros, sendo a dívida total (excluindo as dívidas não orçamentais) de 787.892,16 euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2016 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei nº. 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,09 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Coimbra, 13 de abril de 2017

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Município de Penacova

Exercício de 2016



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

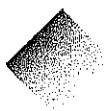
Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Penacova** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de abril de 2017.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
 - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
 - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
 - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
 - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:



- 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- 4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;
- 4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
 - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
 - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
 - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
 - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
 - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
 - i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
 - j) Outros testes considerados relevantes.
- 4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.



5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



I. Introdução

1. O Município de Penacova, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 506 657 957
2. A sede do Município está localizada no Largo Alberto Leitão;
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no decreto-lei n.º competências e atribuições definidas no decreto-lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2016, o município contava com 159 trabalhadores, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

| CARGO | TITULAR |
|-----------------|---------------------------------------|
| Presidente | Humberto José Baptista Oliveira |
| Vice-presidente | João Filipe Martins Azadinho Cordeiro |
| Vereador | Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva |
| Vereador | Ricardo João Estevens Ferreira Simões |
| Vereador | Mauro Daniel Rodrigues Carpinteiro |
| Vereador | Luís Pedro Barbosa Antunes |
| Vereador | Ilda Maria de Jesus Simões |

6. Legislação específica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e POCAL.



II. Principais políticas contabilísticas

2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

2.1.2. Valorimetria

3.1.2.1 Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

3.1.2.2 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.3 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.4 Investimentos financeiros

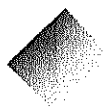
As participações financeiras detidas pelo Município de Penacova encontram-se registadas ao custo de aquisição.

2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Penacova, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2016, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

3.1. Imobilizado

3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

| POC | DESIGNAÇÃO | 31-12-2015 | AQUISIÇÕES | ABATES | TRANSFER. | 31-12-2016 |
|-----|--|-------------------|------------------|-------------|-------------|-------------------|
| 43 | IMOBILIZADO INCORPÓREO | | | | | |
| 1 | Despesas de Instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2 | Despesas de Investigação e Desenvolv. | 430 699,50 | 0,00 | 0,00 | 5 842,50 | 436 542,00 |
| 3 | Propriedade Industrial e Outros Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4 | Trespases | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 443 | Imobilizado em Curso | 0,00 | 5 842,50 | 0,00 | -5 842,50 | 0,00 |
| | TOTAL IMOB. BRUTO | 430 699,50 | 5 842,50 | 0,00 | 0,00 | 436 542,00 |
| 48 | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | | |
| 31 | Despesas de Instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | Despesas de Investigação e Desenvolv. | 336 882,34 | 48 848,85 | 0,00 | 0,00 | 385 731,19 |
| 33 | Propriedade Industrial e Outros Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | Trespases | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | TOTAL AMORTIZAÇÕES | 336 882,34 | 48 848,85 | 0,00 | 0,00 | 385 731,19 |
| | N E T | 93 817,16 | 54 691,35 | 0,00 | 0,00 | 50 810,81 |

As imobilizações incorpóreas são amortizadas por um período máximo de cinco anos, conforme critérios de valorimetria do POCAL (ponto 4.1.8.)



3.1.2. Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Público

| POC | DESIGNAÇÃO | 31 DEZ 2015 | AQUISIÇÕES | ABATES | TRANSFER. | 31 DEZ 2016 |
|-----|--|----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|----------------------|
| 42 | IMOBILIZADO CORPÓREO | | | | | |
| 1 | Terrenos e Recursos Naturais | 1 251 749,35 | 73 350,00 | 0,00 | 0,00 | 1 325 099,35 |
| 2 | Edifícios e Outras Construções | 17 197 341,20 | 0,00 | 0,00 | 110 928,54 | 17 308 269,74 |
| 3 | Equipamento Básico | 2 552 901,31 | 216 157,35 | 10 466,84 | 0,00 | 2 758 591,82 |
| 4 | Equipamento Transporte | 1 849 835,45 | 12 400,49 | 0,00 | 0,00 | 1 862 235,94 |
| 5 | Ferramentas e Utensílios | 48 391,21 | 724,91 | 205,35 | 0,00 | 48 910,77 |
| 6 | Equipamento Administrativo | 1 265 660,27 | 113 906,30 | 156 415,99 | 0,00 | 1 223 150,58 |
| 7 | Taras e Vasilhame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9 | Outras Imobilizações Corpóreas | 275 911,67 | 77 101,77 | 0,00 | 0,00 | 353 013,44 |
| | Sub-Total | 24 441 790,46 | 493 640,82 | 167 088,18 | 110 928,54 | 24 879 271,64 |
| 442 | Imobilizado em Curso | 1 607 252,61 | 143 065,49 | 0,00 | 110 928,54 | 1 639 389,56 |
| 448 | Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas | 2 550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 550,00 |
| | BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | | | | | |
| 451 | Terrenos e Recursos Naturais | 538 445,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 538 445,50 |
| 452 | Edifícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 453 | Outras Construções e Infraestruturas | 30 408 033,93 | 0,00 | 0,00 | 1 563 766,77 | 31 971 800,70 |
| 455 | Bens Pat. Hist. Artístico | 0,00 | 2 337,00 | 0,00 | 0,00 | 2 337,00 |
| 459 | Outros Bens de Domínio Público | 55 756,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55 756,39 |
| | Sub-Total | 31 002 235,82 | 2 337,00 | 0,00 | 1 563 766,77 | 32 568 339,59 |
| 445 | Imobilizado em Curso | 2 115 640,23 | 1 132 257,77 | 4 214,60 | -1 563 766,77 | 1 679 916,63 |
| 446 | Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público | 3 520,50 | | | | 3 520,50 |
| | TOTAL IMOB. BRUTO | 59 172 989,62 | 1 771 301,08 | 171 302,78 | 221 857,08 | 60 772 987,92 |
| 48 | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | | |
| 21 | Terrenos e Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | Edifícios e Outras Construções | 1 921 695,54 | 304 554,32 | 0,00 | 0,00 | 2 226 249,86 |
| 23 | Equipamento Básico | 2 025 956,03 | 142 138,59 | 10 447,78 | 0,00 | 2 157 646,84 |
| 24 | Equipamento Transporte | 1 718 737,69 | 48 500,97 | 0,00 | 0,00 | 1 767 238,66 |
| 25 | Ferramentas e Utensílios | 42 096,80 | 2 884,72 | 117,28 | 0,00 | 44 864,24 |
| 26 | Equipamento Administrativo | 951 545,10 | 143 853,78 | 155 193,16 | 0,00 | 940 205,72 |
| 27 | Taras e Vasilhame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | Outras Imobilizações Corpóreas | 174 303,91 | 27 670,72 | 0,00 | 0,00 | 201 974,63 |
| 52 | Edifícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 53 | Outras Construções e Infraestruturas | 10 202 141,51 | 1 034 623,03 | 0,00 | 0,00 | 11 236 764,54 |
| 59 | Outros Bens de Domínio Público | 936,13 | 72,01 | 0,00 | 0,00 | 1 008,14 |
| | TOTAL AMORTIZAÇÕES | 17 037 412,71 | 1 704 298,14 | 165 758,22 | 0,00 | 18 575 952,63 |
| | N E T | 42 135 576,91 | 67 002,94 | 5 544,56 | 221 857,08 | 42 197 035,29 |

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo e bens do domínio público destacamos os seguintes:

- Foi transferido para a conta de edifícios e outras construções o valor de 110.928,54 euros de imobilizado em curso, onde se destaca as obras do Edifício Obras Públicas e do armazém da Espinheira.



- Na rubrica de Bens de Domínio Público destacamos a transferência do valor de 1.563.766,77 euros de imobilizado em curso para outras construções e infraestruturas, onde se destaca o Centro BTT Reconquinho Trail Running, o saneamento Rebordosa, a pavimentação da estrada EM535, a pavimentação da freguesia de Penacova, e a pavimentação freguesia Carvalho - rotunda do Seixo/Vale das Éguas.

Os bens de domínio público: terrenos e recursos naturais e bens do património histórico e cultural não estão sujeitos a deprecimento, conforme estipulado na al. g), n.º1 do art. 36º e na al. a).n.º1 do art. 36º da Portaria n.º 671/00 de 17 de Abril (CIBE).

Dos testes efectuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria n.º 671/2000 (II série) de 17 de Abril.

Efectuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetada qualquer diferença.

De referir que as aquisições de imobilizado efectuado no exercício de 2016 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

No entanto, sugerimos para a eventual revisão da atual política de seguros, uma vez que esta se revela inadequada face ao valor do imobilizado. Os edifícios, na generalidade, não estão cobertos por qualquer seguro.

Conforme referido ponto 11.7.1.8 das Notas ao Balanço e Demonstração Resultados existem Imóveis a aguardar registo na Conservatória do Registo Predial (os imóveis adquiridos em 2007 e 2009 já se encontram registados conservatória).

No ponto 11.7.1.13. está evidenciado a relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar aquando da inventariação inicial por se tratar de bens com elevada antiguidade e não se conseguir apurar qual o seu valor de aquisição. Estes bens que constituem património do Município não constam do imobilizado nem foram sujeitos a amortizações.

3.2. Investimentos Financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2016 encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição, com exceção da PENAPARQUE2-Gestão e Prom. Equip. Munic. Penacova, EM que é detida pelo município a 100%, estando valorizada segundo o método de equivalência patrimonial.

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

| Empresa | Valor da Participação | % | Método Aplicado |
|---|-----------------------|---------|------------------------------------|
| Investimentos financeiros | | | |
| Partes de capital | | | |
| Associações de Municípios | | | |
| Cesab - Centro de Serviços do Ambiente | 4 000,00 | 2,42% | Método do Custo |
| Empresas municipais e intermunicipais | | | |
| PENAPARQUE2-Gestão e Prom. Equip. Munic. Penacova, EM | 84 035,43 | 100,00% | Método de Equivalência Patrimonial |
| Empresas privadas ou cooperativas | | | |
| Hotel de Penacova, S.A. | 187 500,00 | 15,00% | Método do Custo |
| WRC, S.A. | 5 000,00 | 0,36% | Método do Custo |
| Municipia, S.A. | 4 985,01 | 0,15% | Método do Custo |
| Soc. Exploração Fonte Corgas | 1 246,99 | 0,11% | Método do Custo |
| AdCL-Águas do Centro Litoral, S.A. (Águas do Mondego) | 314 046,10 | 0,78% | Método do Custo |
| CoimbraVita - ADR, S.A. | 7 485,00 | 1,11% | Método do Custo |
| Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. | 30 875,00 | 0,36% | Método do Custo |
| Instituições sem fins lucrativos | | | |
| Instituto Pedro Nunes (IPN) | 2 500,00 | 0,31% | Método do Custo |
| Ass. Qualifica | 5 000,00 | 2,42% | Método do Custo |
| | 646 673,53 | | |
| Obrigações e Títulos de Participação | | | |
| Fundo de Apoio Municipal (FAM) | 548 386,74 | | |
| | 548 386,74 | | |
| Total | 1 195 060,27 | | |

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição.

No entanto, tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes provisões:

| Empresa | Valor da Participação | % | Método Aplicado | Provisão |
|---|-----------------------|---------|-----------------|-------------------|
| Investimentos financeiros | | | | |
| Partes de capital | | | | |
| Associações de Municípios | | | | |
| Cesab - Centro de Serviços do Ambiente | 4 000,00 | 2,42% | MC | 0,00 |
| Empresas municipais e intermunicipais | | | | |
| PENAPARQUE2-Gestão e Prom.Equip.Munic.Penacova, EM | 84 035,43 | 100,00% | MEP | |
| Empresas privadas ou cooperativas | | | | |
| Hotel de Penacova, S.A. | 187 500,00 | 15,00% | MC | 140 859,45 |
| WRC, S.A. | 5 000,00 | 0,36% | MC | 2 709,18 |
| Município, S.A. | 4 985,01 | 0,15% | MC | 0,00 |
| Soc. Exploração Fonte Corgas | 1 246,99 | 0,11% | MC | 0,00 |
| AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Águas do Mondego) | 314 046,10 | 1,72% | MC | 0,00 |
| CoimbraVita - ADR, S.A. | 7 485,00 | 1,11% | MC | 7 485,00 |
| Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A | 30 875,00 | 0,76% | MC | 0,00 |
| Instituições sem fins lucrativos | | | | |
| Instituto Pedro Nunes (IPN) | 2 500,00 | 0,31% | MC | 0,00 |
| Ass. Qualifica | 5 000,00 | 2,42% | MC | 0,00 |
| | 646 673,53 | | | |
| Obrigações e Títulos de Participação | | | | |
| Fundo de Apoio Municipal (FAM) | 548 386,74 | | | |
| | 548 386,74 | | | |
| Total | 1 195 060,27 | | | 151 053,63 |

MEP - Método de Equivalência Patrimonial

MC - Método do Custo

Até à data não nos foram disponibilizadas as contas da CoimbraVita, S.A., pelo que esta participação continua evidenciada ao custo histórico, não nos sendo possível aferir da adequação da valorização da mesma. Tendo em atenção o princípio da prudência, o município constitui provisão sobre o valor da participação.

Consideramos adequado o valor da provisão constituída para as outras participadas.

3.3. Existências

| Existências | 31.12.16 | 31.12.15 |
|-------------------|-------------------|------------------|
| Mercadorias | 52 988,88 | 62 089,53 |
| Matérias-primas | 2 274,67 | 833,77 |
| Materias diversos | 41 995,53 | 29 566,63 |
| Gasóleo | 8 279,36 | 9 029,21 |
| Outros | 3 731,47 | 2 674,16 |
| Total | 109 269,91 | 61 914,48 |

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2016

Foi realizada uma contagem física durante o ano 2016, a 31 de dezembro de 2016, tendo sido presenciada pelos auditores.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, o que deu origem a uma regularização.

3.4. Clientes

À data de 31 de dezembro de 2016 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

| Clientes | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--|-------------------|------------------|
| Clientes c/c | 52 324,68 | 52 809,75 |
| Contribuintes c/c | 18 968,33 | 18 289,40 |
| Utentes c/c | 70 785,05 | 42 052,83 |
| Clientes c/Caução | 0,00 | -63 297,76 |
| Clientes/Utentes/Cont. Cobrança Duvidosa | 28 071,89 € | 19 041,26 |
| Total | 170 149,95 | 68 895,48 |

| Provisões | 31.12.16 | 31.12.15 |
|-------------------|------------------|------------------|
| Cobrança Duvidosa | 26 683,66 | 16 706,48 |
| Total | 26 683,66 | 16 706,48 |

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município constituiu uma provisão para clientes de cobrança duvidosa no valor de 26.683,66 euros.

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efectuada a circularização dos saldos.

3.5. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2016, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

| Estado e O. E. Públicos | 31.12.16 | 31.12.15 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Retenção de Imp. s/Rendimento | -26 525,33 | -21 198,58 |
| Imposto s/ Valor Acrescentado | 100 344,10 | 87 538,64 |
| Restantes Impostos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições para a S.S. e C.G.A. | -56 005,46 | -47 275,38 |
| Outras tributações | -531,12 | -531,12 |
| Total | 17 282,19 | 10 977,26 |

O saldo evidenciado na rubrica de "Retenção de Imposto s/ Rendimento", diz respeito às contribuições de dezembro, a pagar em janeiro de 2017.

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 100.344,10 euros.



O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S. e C.G.A." evidencia o valor em dívida referente às contribuições do mês de dezembro, a liquidar em 2017.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

3.6. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de dezembro de 2016, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

| Outros Devedores e Credores | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--|--------------------|--------------------|
| Fornecedores de Imobilizado | -30 532,87 | -268 336,85 |
| Pessoal | 0,00 | 0,00 |
| Síndicatos | -490,55 | -370,44 |
| Administração Autárquica | 0,00 | 0,00 |
| Consultores Acessores e Intermediários | 0,00 | 0,00 |
| Devedores e Credores Diversos | -707 741,40 | -732 685,36 |
| Total | -738 764,82 | -327 716,11 |

Efectuámos a circularização dos saldos de fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2016, seleccionando 82,49%, do saldo. Obtivemos 33,33% das respostas. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço.

Na rubrica do pessoal, foram testados com base numa amostra aleatória de recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de março, de junho, de setembro e de dezembro). Efectuamos, o cruzamento da informação constante na folha de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra seleccionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

3.7. Disponibilidades

À data de 31 de dezembro de 2016 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

| Disponibilidades | 31.12.16 | 31.12.15 |
|---------------------------------|------------|--------------|
| Caixa | 1 498,50 | 1 318,14 |
| Depósitos à ordem | | |
| Caixa Geral de Depósitos | 483 847,34 | 961 302,05 |
| Caixa de Crédito Agrícola Mútuo | 31 040,92 | 118 619,54 |
| Banco Português de Negócios | 16 819,35 | 137 690,44 |
| Banco Santander Totta | 121 646,67 | 265 999,98 |
| Millenium BCP | 12 190,45 | 64 292,79 |
| Banco BPI | 0,00 | 11 783,93 |
| Depósitos a prazo | | |
| Banco Santander Totta | 200 000,00 | 200 000,00 |
| Total | 867 043,23 | 1 761 006,87 |

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efectuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2016, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2016, tendo-se verificado que as diferenças de conciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

À data de 31 de dezembro os depósitos a prazo do município eram de 200.000 euros.

3.8. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

| Acréscimos e Diferimentos | 31.12.16 | 31.12.15 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Acréscimos de proveitos | 1 358 739,09 | 1 446 800,31 |
| Custos diferidos | 13 432,80 | 7 033,39 |
| Acréscimos de custos | -398 275,24 | -418 057,64 |
| Proveitos diferidos | -12 509 021,51 | -12 713 982,69 |
| Total | -11 535 124,86 | -11 124 567,86 |

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 924.848,85 euros referente à estimativa do IMI, e de 246.992,00 euros de participação no IRS de 2016, a receber no ano de 2017 e o montante de 94.802,23 euros referente a

faturação da água de dezembro de 2016 a receber em 2017 que dizem respeito a 2016. Dos testes efectuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efectuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 231.239,60 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e o montante de 53.067,99 euros relativo aos encargos com férias e subsídio de férias, vencidos em 2016, a liquidar em 2017. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

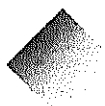
No respeitante aos proveitos diferidos salientamos o montante de 12.508.767,71 euros referente aos subsídios recebidos. Os montantes não foram circularizados junto das respetivas entidades.

De salientar, apesar de não ser materialmente relevante, que o Município de Penacova apenas reconhece o rédito inerente a esses subsídios quando os recebe, e não a partir do ano em que o bem, a que respeita o subsídio, começou a ser amortizado, o que contraria o tratamento preconizado de balancear réditos e ganhos com gastos e perdas relacionados com a mesma atividade económica.

3.9. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

| Contas | Saldo Inicial | Aumento | Redução | Saldo Final |
|-----------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|----------------------|
| 51 Capital | 8 941 604,32 | 415 997,81 | | 9 357 602,13 |
| | 0,00 | | | 0,00 |
| | 8 941 604,32 | 415 997,81 | 0,00 | 9 357 602,13 |
| 55 Ajustamentos Partes Capital | 1 012,09 | | | 1 012,09 |
| 56 Reservas de Reavaliação | 0,00 | | | 0,00 |
| 57 Reservas | 0,00 | | | 0,00 |
| 571 Reservas Legais | 1 115 120,49 | 15 330,86 | | 1 130 451,35 |
| 572 Reservas Estatutárias | 0,00 | | | 0,00 |
| 573 Reservas Contratuais | 0,00 | | | 0,00 |
| 574 Reservas Livres | 0,00 | | | 0,00 |
| 575 Subsídios | 13 099,78 | | | 13 099,78 |
| 576 Doações | 149 802,09 | 0,00 | | 149 802,09 |
| | 1 279 034,45 | 15 330,86 | 0,00 | 1 294 365,31 |
| 59 Resultados Transitados | 20 621 609,79 | 346 998,16 | 491 467,43 | 20 477 140,52 |
| 88 Resultado Líquido do Exercício | 306 617,16 | -240 758,98 | 306 617,16 | -240 758,98 |
| 89 Dividendos Antecipados | 0,00 | | | 0,00 |
| T O T A L | 31 148 865,72 | 537 567,85 | 798 084,59 | 30 888 348,98 |



Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2015 no valor de 306.617,16 euros, da seguinte forma:
 - Património – 291.286,30 euros
 - Reservas legais – 15.330,86 euros
- O resultado líquido do exercício de 2016 é negativo em 240.758,98 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2016 a conta de património evidencia um saldo de 9.357.602,13 euros, o que corresponde a cerca de 20,39% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).

3.10. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

| Dívidas a Instituições de Crédito | 31.12.16 | 31.12.15 |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| Caixa Geral de Depósitos | 0,00 | 267 197,28 |
| Banco Santander Totta | 225 990,81 | 229 814,67 |
| IFDR | 59 323,05 | 71 175,20 |
| Total | 285 313,86 | 76 933,34 |

Solicitamos ao município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

No corrente exercício, o município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a nota explicativa da Satapocal, em componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo, pelo que a comparabilidade desta rubrica com o exercício anterior não de poderá efetuar.

| Dívidas a Instituições de Crédito | 31.12.16 |
|--|-------------------|
| <u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u> | |
| Banco Santander Totta | 210 378,51 |
| IFDR | 47 008,56 |
| Total | 257 387,07 |

| Dívidas a Instituições de Crédito | 31.12.16 |
|--|------------------|
| <u>Componente a pagar no curto prazo</u> | |
| Banco Santander Totta | 15 612,30 |
| IFDR | 12 314,49 |
| Total | 27 926,79 |



3.11. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

| Fornecedores | 31.12.16 | 31.12.15 |
|------------------|------------|------------|
| Fornecedores c/c | 203 325,39 | 223 255,12 |
| Total | 203 325,39 | 154 660,29 |

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2016. Seleccionámos 67,73% do saldo tendo obtido resposta de 73,68%. Destes, 42,11% eram respostas concordantes e 31,58% respostas reconciliadas. Em relação aos fornecedores que não responderam (26,32%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

3.12. Provisões para Riscos e Encargos

| Provisões | 31.12.16 | 31.12.15 |
|------------------------------|------------|------------|
| Cobrança Duvidosa | 26 683,66 | 16 706,48 |
| Processos Judiciais em Curso | 641 156,55 | 674 901,61 |
| Outros Riscos e Encargos | 136 879,90 | 136 879,90 |
| Total | 804 720,11 | 431 590,98 |

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao município obtivemos resposta dos seguintes advogados/sociedades de advogados: Adogados ACJC - Arménia Coimbra, José Castanheira, Raquel Pinto da Silva, Afonso Pedrosa, Catarina Alves.

O saldo evidenciado em outros riscos e encargos, refere-se à faturação de caudais mínimos das Águas do Mondego, em relação ao qual o município reclama que nada deve. No entanto, sendo expectável que esta disputa termine no tribunal, o município decidiu constituir uma provisão e reforçá-la anualmente, cumprindo-se o princípio da prudência previsto no POCAL.



IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 94,4% do ativo do Município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público as rubricas mais relevantes;
- Em relação às restantes rubricas do ativo destacamos a diminuição de 50,81% nos depósitos bancários;
- Face ao período homólogo o ativo diminuiu 1,93%;
- As principais rubricas do passivo são os proveitos diferidos (83,4%), as dívidas a instituições de crédito (2,2%) e a dívida ao FAM (2,3%);
- As dívidas a terceiros de médio/longo prazo diminuíram 21,8%, em parte fruto da reclassificação de cerca de 106.000 euros de dívida a MLP para dívida a curto prazo.
- As dívidas a terceiros de curto prazo diminuíram 23,4%;
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (23,81%), os fornecimentos e serviços externos (31,50%) e as amortizações do exercício (15,89%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal aumentaram 12,20%, as amortizações do exercício aumentaram 2,35% e os fornecimentos e serviços externos diminuíram em 4,91%;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo aumentaram 2,62%;
- A rubrica de impostos e taxas diminuiu 0,65% face ao verificado no ano anterior;
- Os custos financeiros registaram um aumento face ao ano anterior;
- Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram fruto da contabilização dos subsídios de imobilizado;
- O resultado líquido, os resultados operacionais e os resultados extraordinários financeiros registaram um agravamento face a 2015, apresentando-se negativos.



V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

| Indicadores | | 2016 | | 2015 | | Varição |
|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|--|---------|
| Equilíbrio de curto prazo | Liquidez Geral | Ativo Circulante | 1 220 123,53 164,95% | 2 068 225,57 214,27% | | -23,02% |
| | | Passivo Circulante | 739 715,17 | 965 245,87 | | |
| | Liquidez Reduzida | Ativo circulante - existências | 1 110 853,62 150,17% | 1 964 032,27 203,47% | | -26,20% |
| | | Passivo circulante | 739 715,17 | 965 245,87 | | |
| | Liquidez Imediata | Disponibilidades | 867 043,23 117,21% | 1 761 006,87 182,44% | | -35,75% |
| | | Passivo circulante | 739 715,17 | 965 245,87 | | |
| Imobilizações | Indicador das imobilizações I | Capitais permanentes | 31 459 099,79 72,67% | 31 878 942,94 73,68% | | -1,38% |
| | | Imobilizado líquido | 43 291 852,74 | 43 265 951,38 | | |
| | Indicador das imobilizações II | Capitais alheios de c.p. | 739 715,17 1,71% | 965 245,87 2,23% | | -23,41% |
| | | Imobilizado líquido | 43 291 852,74 | 43 265 951,38 | | |
| Endividamento | Endividamento | Passivo | 14 995 799,18 32,68% | 15 639 144,93 33,43% | | -2,22% |
| | | Ativo Líquido | 45 884 148,16 | 46 788 010,65 | | |
| | Estrutura de endividamento I | Dívidas de MLP | 570 750,81 3,81% | 730 077,22 4,67% | | -18,47% |
| | | Passivo | 14 995 799,18 | 15 639 144,93 | | |
| | Estrutura de endividamento II | Dívida financeira de MLP | 257 387,07 1,72% | 338 372,48 2,16% | | -20,67% |
| | | Passivo | 14 995 799,18 | 15 639 144,93 | | |
| | Estrutura de endividamento III | Dívidas de CP | 739 715,17 4,93% | 965 245,87 6,17% | | -20,08% |
| | | Passivo | 14 995 799,18 | 15 639 144,93 | | |



VI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

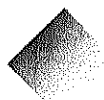
Com referência a 31 de dezembro de 2016 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

| EXECUÇÃO DA DESPESA | VALOR | % |
|---------------------|----------------------|------------|
| DESPESAS CORRENTES | 8.615.310,56 | 92% |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.884.411,91 | 66% |
| TOTAL | 11.499.722,47 | 84% |

| EXECUÇÃO DA RECEITA | VALOR | % |
|---------------------|----------------------|------------|
| RECEITAS CORRENTES | 9.683.522,19 | 101% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 897.706,00 | 33% |
| OUTRAS RECEITAS | 1.430.645,66 | 101% |
| TOTAL | 12.011.873,85 | 87% |

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Penacova com referência a 31 de dezembro de 2016, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (87%) é superior à execução da despesa total (84%). Contudo, a execução encontra-se, na sua generalidade, abaixo do orçamentado, com exceção das receitas correntes e das outras receitas.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano anterior a taxa de execução da receita foi de 86%.



6.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2016, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de € -1.736.154,46, -12,63%).

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | PREVISÃO INICIAL | PESO % | Receita Cobrada Líquida N | GRAU DE EXECUÇÃO | GRAU DE EXECUÇÃO N-1 |
|--------------------------------------|--|----------------------|---------------|---------------------------|------------------|----------------------|
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 1.338.955,00 | 9,7% | 1.286.609,50 | 96,09% | 108,7% |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 66.565,00 | 0,5% | 66.633,75 | 100,10% | 123,1% |
| 04 | TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 217.859,00 | 1,6% | 232.399,16 | 106,67% | 103,7% |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 605.302,00 | 4,4% | 698.678,33 | 115,43% | 81,9% |
| 06 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 5.953.631,67 | 43,3% | 6.028.469,67 | 101,26% | 100,2% |
| 07 | VENDAS DE BENS E SERVIÇOS | 1.405.248,00 | 10,2% | 1.369.029,67 | 97,42% | 109,4% |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 991,00 | 0,0% | 1.702,11 | 171,76% | 59,6% |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | | 9.588.551,67 | 69,7% | 9.683.522,19 | 100,99% | 101,67% |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 16.016,00 | 0,1% | 750,00 | 4,68% | 59,28% |
| 10 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 2.327.039,00 | 16,9% | 861.954,04 | 37,04% | 27,40% |
| 11 | ACTIVOS FINANCEIROS | 1,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 370.185,33 | 2,7% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| 13 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 32.650,00 | 0,2% | 35.001,96 | 107,20% | 55,85% |
| TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | | 2.745.891,33 | 20,0% | 897.706,00 | 32,69% | 25,73% |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 1,00 | 0,0% | 17.061,35 | 1706135,00% | 4993183,00% |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 1.413.584,31 | 10,3% | 1.413.584,31 | 100,00% | 100,00% |
| TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS | | 1.413.585,31 | 10,3% | 1.430.645,66 | 101,21% | 102,20% |
| TOTAL | | 13.748.028,31 | 100,0% | 12.011.873,85 | 87,37% | 86,17% |

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são as transferências de capital (representam 16,9% do total das receitas), as transferências correntes (representam 43,3% do total das receitas) e vendas de bens e serviços (representam 10,2% do total das receitas).

Podemos também verificar que, das receitas correntes, as receitas de: impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, transferências correntes e outras receitas correntes ficaram acima do montante orçamentado. Em relação às receitas de capital apenas as outras receitas de capital ficaram acima do montante orçamentado.

A taxa de execução da receita corrente, em comparação com o período homólogo, teve uma variação negativa de 0,68 pontos percentuais, enquanto que a taxa de execução da receita de capital registou uma variação homóloga positiva de 6,97 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 1,20 pontos percentuais.



6.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2016, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de € -2.248.305,84 (desvio de cerca de -16,35%).

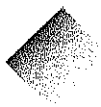
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | DOTAÇÕES | PESO % | DESPESA PAGA | GRAU DE EXECUÇÃO | GRAU DE EXECUÇÃO N-1 |
|--------------------------------------|------------------------------|----------------------|----------------|----------------------|------------------|----------------------|
| 01 | CUSTOS COM O PESSOAL | 2.749.123,73 | 20,00% | 2.623.907,81 | 95,45% | 89,71% |
| 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 4.842.771,08 | 35,23% | 4.306.420,34 | 88,92% | 82,87% |
| 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | 38.665,00 | 0,28% | 38.427,60 | 99,39% | 55,90% |
| 04 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 1.677.019,51 | 12,20% | 1.568.206,18 | 93,51% | 89,41% |
| 05 | SUBSIDIOS | 27.400,00 | 0,20% | 26.678,59 | 97,37% | - |
| 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 54.885,00 | 0,40% | 51.670,04 | 94,14% | 67,38% |
| TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | | 9.389.864,32 | 68,30% | 8.615.310,56 | 91,75% | 85,52% |
| 07 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 3.389.141,99 | 24,65% | 1.984.776,11 | 58,56% | 54,10% |
| 08 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 744.095,00 | 5,41% | 679.635,64 | 91,34% | 89,99% |
| 09 | ACTIVOS FINANCEIROS | 80.341,00 | 0,58% | 78.341,00 | 97,51% | 93,55% |
| 10 | PASSIVOS FINANCEIROS | 55.950,00 | 0,41% | 53.058,62 | 94,83% | 99,26% |
| 11 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 88.636,00 | 0,64% | 88.600,54 | 99,96% | 84,72% |
| TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | | 4.358.163,99 | 31,70% | 2.884.411,91 | 66,18% | 62,64% |
| TOTAL | | 13.748.028,31 | 100,00% | 11.499.722,47 | 83,65% | 76,58% |

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as despesas com o pessoal (representam 20,00% do total das despesas), a aquisição de bens e serviços (representa 35,23% do total das despesas) e as aquisições de bens de capital (representam 24,65% do total das despesas).

Podemos também verificar que a despesa, quer corrente, quer de capital, ficou abaixo do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 91,75% e de 66,18% respetivamente, o que face ao período homólogo representa uma melhoria de 6,23 pontos percentuais e de 3,54 pontos percentuais, respetivamente. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma melhoria de 7,06 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 1.068.211,63 euros.



6.3. Rádios orçamentais

Os principais rádios orçamentais são:

| Indicadores | 2016 | | 2015 | | Variação | Observações |
|------------------------------|---------------|---------|---------------|---------|----------|--|
| Receita líquida total | 12.011.873,85 | 104,45% | 12.623.153,81 | 112,52% | -7,17% | Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais |
| Despesa total paga | 11.499.722,47 | | 11.218.919,73 | | | |
| Receita corrente | 9.683.522,19 | 80,62% | 9.531.047,39 | 75,50% | 6,77% | Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas |
| Receita total | 12.011.873,85 | | 12.623.153,81 | | | |
| Receita corrente | 9.683.522,19 | 112,40% | 9.531.047,39 | 124,88% | -10,00% | Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas |
| Despesa correntes | 8.615.310,56 | | 7.631.974,40 | | | |
| Impostos diretos | 1.286.609,50 | 13,29% | 1.397.434,27 | 14,66% | -9,38% | Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes |
| Receita corrente | 9.683.522,19 | | 9.531.047,39 | | | |
| Receita de capital | 897.706,00 | 7,47% | 773.331,33 | 6,13% | 21,99% | Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas |
| Receita total | 12.011.873,85 | | 12.623.153,81 | | | |
| Receita de capital | 897.706,00 | 31,12% | 773.331,33 | 21,56% | 44,36% | Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas |
| Despesa de capital | 2.884.411,91 | | 3.586.945,33 | | | |
| Despesa corrente | 8.615.310,56 | 74,92% | 7.631.974,40 | 68,03% | 10,13% | Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga |
| Despesa total | 11.499.722,47 | | 11.218.919,73 | | | |
| Despesa de capital | 2.884.411,91 | 25,08% | 3.586.945,33 | 31,97% | -21,55% | Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga |
| Despesa total | 11.499.722,47 | | 11.218.919,73 | | | |
| Despesas rígidas | 2.715.394,03 | 23,61% | 2.714.437,84 | 24,20% | -2,41% | Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga |
| Despesa total | 11.499.722,47 | | 11.218.919,73 | | | |
| Despesas rígidas | 2.715.394,03 | 22,61% | 2.714.437,84 | 21,50% | 5,13% | Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros e as div. no total da receita |
| Receitas totais | 12.011.873,85 | | 12.623.153,81 | | | |
| Aquisição de bens de capital | 1.984.776,11 | 17,26% | 2.409.412,86 | 21,48% | -19,64% | Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga |
| Despesa total | 11.499.722,47 | | 11.218.919,73 | | | |

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores à despesas totais pagas. Face a 2015 este rácio regista um agravamento de 7,17%.



6.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

| Indicadores | 2016 | 2015 | Varição | Observações |
|--|---------------|---------------|------------------------|---|
| Poupança corrente | 1.068.211,63 | 1.899.072,99 | -830.861,36 -43,75% | |
| Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas | 12,63% | 13,83% | -8,71% | Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras. |
| Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada | -1.736.154,46 | -2.026.418,38 | 290.263,92 | |
| Equilíbrio orçamental corrente | 112,40% | 124,88% | -10,00% | |
| Equilíbrio orçamental de capital | 31,12% | 21,56% | 44,36% | É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros. |
| Equilíbrio orçamental em sentido formal | 104% | 113% | -7,17% | |
| Equilíbrio orçamental em sentido substancial | 96% | 109% | -11,40% | |

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente diminuiu 43,75% (€ 830.861,36) face à verificada no ano anterior.

Em 2016 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em € -1.736.154,46, enquanto que em 2015, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice € -2.026.418,38. Ou seja, há uma melhoria de € 290.263,92, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal.



VII. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

No mapa da DGAL o prazo médio de pagamento é de 14 dias. A DGAL considerou as transferências de imobilizado entre contas como aquisições, na nossa opinião incorretamente. Desconsiderando estes aspetos o prazo médio de pagamento é de 18 dias, abaixo do limite máximo permitido por lei.

Os fundos disponíveis a dezembro de 2016 eram positivos em 3.446.594,90euros.

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

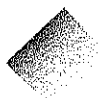
| | Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios | Saneamento Financeiro | Situação do Município | Recuperação Financeira | Situação do Município | Legislação |
|---|--|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 1 | ≥ 1 e $\leq 1,5$ | FACULTATIVO | - | - | - | art. 58º, nº22 |
| 2 | $> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos) | OBRIGATÓRIO | NÃO | - | - | art. 58º, nº1, b) |
| 3 | $> 1,5$ e $\leq 2,25$ | OBRIGATÓRIO | NÃO | - | - | art. 58º, nº1, a) e nº3 |
| 4 | $\geq 2,25$ e ≤ 3 | OBRIGATÓRIO | NÃO | FACULTATIVO | NÃO | art. 58º, nº 3 |
| 5 | > 3 | - | - | OBRIGATÓRIO | NÃO | art. 61º, nº2 |

A 31 de dezembro de 2016 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.

Limite à dívida total

| Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos | Montante |
|---|-------------------|
| 2013 | 8.744.288 |
| 2014 | 9.287.461 |
| 2015 | 9.531.047 |
| Total | 27.562.797 |
| <hr/> | |
| Média | 9.187.599 |
| <hr/> | |
| Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3)) | 13.781.398 |
| <hr/> | |

O limite da dívida é de € 13.781.398, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 787.892 euros.



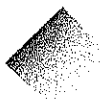
| | 2016 | 2015 |
|--|------------|------------|
| (1) Dívida total | 1.310.466 | 1.695.323 |
| (2) FAM | 391.705 | 470.046 |
| (3) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total | 211.635 | 225.920 |
| (4) Dívidas não orçamentais | 342.506 | 347.419 |
| (1)-(2)-(3)-(4) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais) | 787.892 | 1.103.779 |
| Margem absoluta | 12.993.507 | 11.506.624 |
| Margem Disponível | 2.598.701 | 2.301.325 |
| Redução do montante em excesso | - | - |
| Aumento do endividamento | -315.887 | -53.573 |
| Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exercício? | na | na |

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2015 a dívida total diminuiu 315.887 euros, sendo a margem disponível do município de 2.598.701 euros.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Penacova cumpre o disposto no referido artigo.

| Ano de 2016 | Montante |
|--|-------------------|
| (1) Valor das receitas correntes brutas | 9.695.907,19 |
| (2) Despesa corrente | 8.615.310,56 |
| (3) Amortizações médias dos empréstimos | 80.739,14 |
| TOTAL (1) - (2) - (3) | 999.857,49 |
| Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09) | SIM |



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

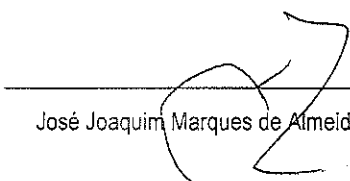
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 13 de abril de 2017

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:



José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 519 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81, 2.º
6300- 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Leira C
3510 - 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



ANEXO I

| Activo | 31-12-2016 | | 31-12-2015 | | Variação | |
|--|------------------------|--------------|------------------------|--------------|---------------------|----------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Imobilizado: | | | | | | |
| Bens de Domínio Público | 23 014 004,04 € | 50,2% | 22 918 318,91 € | 49% | 95 685,13 € | 0,4% |
| Imobilizações Corpóreas | 19 183 031,25 € | 41,8% | 19 217 258,00 € | 41% | 34 226,75 € | -0,2% |
| Imobilizações Incorpóreas | 50 810,81 € | 0,1% | 93 817,16 € | 0% | 43 006,35 € | -45,8% |
| Investimentos Financeiros | 1 044 006,64 € | 2,3% | 1 036 557,31 € | 2% | 7 449,33 € | 0,7% |
| | 43 291 852,74 € | 94,4% | 43 265 951,38 € | 92,5% | 25 901,36 € | 0,06% |
| Circulante: | | | | | | |
| Existências | 109 269,91 € | 0,2% | 104 193,30 € | 0% | 5 076,61 € | 4,87% |
| Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo | | | | | | |
| Clientes | - € | 0,00% | - € | 0% | - € | n.a. |
| | - € | | - € | | - € | n.a. |
| Dividas de Terceiros - Curto Prazo | | | | | | |
| Clientes c/c | 52 324,68 € | 0,1% | 52 809,75 € | 0% | 485,07 € | -0,92% |
| Contribuintes c/c | 18 968,33 € | 0,0% | 18 289,40 € | 0% | 678,93 € | 3,71% |
| Utentes c/c | 70 785,05 € | 0,2% | 42 052,83 € | 0% | 28 732,22 € | 68,32% |
| Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa | 1 388,23 € | 0,0% | 2 334,78 € | 0% | 946,55 € | -40,54% |
| Estado e Outros Entes Públicos | 100 344,10 € | 0,2% | 87 538,64 € | 0% | 12 805,46 € | 14,63% |
| Outros Devedores | | 0,0% | | 0% | - € | n.a. |
| | 243 810,39 € | 0,5% | 203 025,40 € | 0,4% | 40 784,99 € | 20,09% |
| Títulos Negociáveis | - € | | - € | | - € | n.a. |
| Depósitos Bancários e Caixa | | | | | | |
| Depósitos Bancários | 865 544,73 € | 1,9% | 1 759 688,73 € | 4% | 894 144,00 € | -50,81% |
| Caixa | 1 498,50 € | 0,0% | 1 318,14 € | 0% | 180,36 € | 13,68% |
| | 867 043,23 € | 2% | 1 761 006,87 € | 3,8% | 893 963,64 € | -50,76% |
| Acréscimos e Diferimentos | | | | | | |
| Acréscimos de Proventos | 1 358 739,09 € | 3,0% | 1 446 800,31 € | 3% | 88 061,22 € | -6,09% |
| Custos Diferidos | 13 432,80 € | 0,0% | 7 033,39 € | 0% | 6 399,41 € | 90,99% |
| | 1 372 171,89 € | 3,0% | 1 453 833,70 € | 3,1% | 81 661,81 € | -5,62% |
| Total do Activo | 45 884 148,16 € | 100% | 46 788 010,65 € | 100% | 903 862,49 € | -1,93% |



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176* CMVM nº 20161478

| | 31-12-2016 | | 31-12-2015 | | Variação | |
|---|------------------------|--------------|------------------------|--------------|-----------------------|---------------|
| | | | | | Valor | % |
| Capital Próprio e Passivo | | | | | | |
| Capital Próprio: | | | | | | |
| Património | 9 357 602,13 € | 30% | 8 941 604,32 € | 29% | 415 997,81 € | 4,7% |
| Ajustamentos Partes de Capital | 1 012,09 € | 0,0% | 1 012,09 € | 0% | - € | 0,0% |
| Reservas de Reavaliação | | 0,0% | | 0% | - € | n.a. |
| Reservas Legais | 1 130 451,35 € | 3,7% | 1 115 120,49 € | 4% | 15 330,86 € | 1,4% |
| Reservas Estatutárias | | 0,0% | | 0% | - € | n.a. |
| Reservas Livres | | 0,0% | | 0% | - € | n.a. |
| Subsídios | 13 099,78 € | 0,0% | 13 099,78 € | 0% | - € | 0,0% |
| Doações | 149 802,09 € | 0,5% | 149 802,09 € | 0% | - € | 0,0% |
| Resultados Transitados | 20 477 140,52 € | 66,3% | 20 621 609,79 € | 66% | - 144 469,27 € | -0,7% |
| Resultado Líquido do Exercício | 240 758,98 € | -0,8% | 306 617,16 € | 1% | - 547 376,14 € | -178,5% |
| Total do Capital Próprio | 30 888 348,98 € | 100% | 31 148 865,72 € | 100% | - 260 516,74 € | -0,8% |
| Passivo: | | | | | | |
| Provisões para riscos e encargos | | | | | | |
| Outras provisões p/ riscos e encargos | 778 036,45 € | 5,2% | 811 781,51 € | 0,05 € | - 33 745,06 € | -4,2% |
| Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo | | | | | | |
| Dívidas a Instituições de Crédito | 257 387,07 € | 1,7% | 338 372,48 € | 2% | - 80 985,41 € | -23,9% |
| Credores das administrações Públicas - FAM | 313 363,74 € | 2,1% | 391 704,74 € | 3% | - 78 341,00 € | -20,0% |
| Estado e Outros Entes Públicos | | 0,0% | - € | 0,0% | - € | n.a. |
| | 570 750,81 € | 3,8% | 730 077,22 € | 4,7% | - 159 326,41 € | -21,8% |
| Dívidas a Terceiros - Curto Prazo | | | | | | |
| Dívidas a Instituições de Crédito | | 0,0% | | 0,0% | - € | n.a. |
| Fornecedores c/c | 203 325,39 € | 1,4% | 223 255,12 € | 1,4% | - 19 929,73 € | -8,9% |
| Fornecedores facturas em recepção e conferência | | 0,0% | | 0,0% | - € | n.a. |
| Fornecedores Titulos a Pagar | | 0,0% | | 0,0% | - € | n.a. |
| Adiantamentos a Clientes | | 0,0% | | 0,0% | - € | n.a. |
| Clientes e Utentes c/ Caução de Água | 30 532,87 € | 0,2% | 63 297,76 € | 0,4% | - 32 764,89 € | -51,8% |
| Administração Autárquica | | 0,0% | - € | 0,0% | - € | n.a. |
| Fornecedores de Imobilizado C/C | | 0,0% | 268 336,85 € | 1,7% | - 268 336,85 € | -100,0% |
| Fornecedores de Imobilizado - Locações | | 0,0% | | 0,0% | - € | n.a. |
| Estado e Outros Entes Públicos | 83 061,91 € | 0,6% | 69 005,08 € | 0,4% | 14 056,83 € | 20,4% |
| Outros Credores | 316 527,21 € | 2,1% | 341 351,06 € | 2,2% | - 24 823,85 € | -7,3% |
| Fornecedores de imobilizado - leasing | | 0,0% | | 0,0% | - € | n.a. |
| Credores das administrações Públicas - FAM | 78 341,00 € | 0,5% | | 0,0% | | |
| Empréstimos bancários MLP - venc de curto prazo | 27 926,79 € | 0,2% | | 0,0% | | |
| | 739 715,17 € | 4,9% | 965 245,87 € | 6,2% | - 225 530,70 € | -23,4% |
| Acréscimos e Diferimentos | | | | | | |
| Acréscimos de Custos | 398 275,24 € | 2,7% | 418 057,64 € | 2,7% | - 19 782,40 € | -4,7% |
| Proveitos Diferidos | 12 509 021,51 € | 83,4% | 12 713 982,69 € | 81,3% | - 204 961,18 € | -1,6% |
| | 12 907 296,75 € | 86,1% | 13 132 040,33 € | 84,0% | - 224 743,58 € | -1,7% |
| Total do Passivo | 14 995 799,18 € | 100% | 15 639 144,93 € | 100% | - 643 345,75 € | -4,1% |
| Total do Capital Próprio e Passivo | 45 884 148,16 € | | 46 788 010,65 € | | - 903 862,49 € | -1,9% |



ANEXO II

| RUBRICAS | 31-12-2016 | | 31-12-2015 | | VARIACÃO | |
|---|------------------------|----------------|------------------------|----------------|---------------------|--------------|
| | VALOR | % | VALOR | % | VALOR | % |
| CUSTOS | | | | | | |
| CMVMC | 763 437,67 € | 6,92% | 337 793,01 € | 3,26% | 425 644,66 € | 126,01% |
| FSE | 3 475 193,57 € | 31,50% | 3 654 775,79 € | 35,31% | -179 582,22 € | -4,91% |
| CUSTOS COM O PESSOAL | 2 626 831,17 € | 23,81% | 2 341 272,86 € | 22,62% | 285 558,31 € | 12,20% |
| TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS | 1 550 666,84 € | 14,06% | 1 290 982,54 € | 12,47% | 259 684,30 € | 20,12% |
| AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | 1 753 146,99 € | 15,89% | 1 712 900,89 € | 16,55% | 40 246,10 € | 2,35% |
| PROVISÕES DO EXERCÍCIO | 9 999,81 € | 0,09% | 176 150,37 € | 1,70% | -166 150,56 € | 0,00% |
| OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS | 25 331,44 € | 0,23% | 24 677,31 € | 0,24% | 654,13 € | 2,65% |
| CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS | 49 314,31 € | 0,45% | 44 297,64 € | 0,43% | 5 016,67 € | 11,32% |
| CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS | 777 535,27 € | 7,05% | 767 365,50 € | 7,41% | 10 169,77 € | 1,33% |
| TOTAL | 11 031 457,07 € | 100,00% | 10 350 215,91 € | 100,00% | 681 241,16 € | 6,58% |
| PROVEITOS | | | | | | |
| VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | 1 280 632,30 € | 11,87% | 1 372 373,53 € | 12,88% | -91 741,23 € | -6,68% |
| IMPOSTOS E TAXAS | 1 619 374,22 € | 15,01% | 1 630 040,42 € | 15,30% | -10 666,20 € | -0,65% |
| VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| TRABALHOS P/ A PRÓPRIA EMPRESA | 33 238,24 € | 0,31% | 0,00 € | 0,00% | 33 238,24 € | 0,00% |
| PROVEITOS SUPLEMENTARES | 54 513,53 € | 0,51% | 37 845,09 € | 0,36% | 16 668,44 € | 0,00% |
| TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS | 6 575 954,48 € | 60,94% | 6 408 117,03 € | 60,13% | 167 837,45 € | 2,62% |
| OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS | 0,00 € | 0,00% | 0,68 € | 0,00% | -0,68 € | 0,00% |
| PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS | 631 313,81 € | 5,85% | 619 645,56 € | 5,81% | 11 668,25 € | 1,88% |
| PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | 595 671,51 € | 5,52% | 588 810,76 € | 5,53% | 6 860,75 € | 1,17% |
| TOTAL | 10 790 698,09 € | 100,00% | 10 656 833,07 € | 100,00% | 133 865,02 € | 1,26% |

RESULTADO LÍQUIDO - 240 758,98 €

306 617,16 €

RESULTADOS OPERACIONAIS -640 894,72 €

- 90 176,02 €

RESULTADOS FINANCEIROS 581 999,50 €

575 347,92 €

RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS -181 863,76 €

- 178 554,74 €